Apresentação: 23/10/2024 17:22:46.383 - MESA
SIT n.74/2024

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita informações ao Tribunal de Contas da União sobre o convênio firmado entre a Itaipu Binacional e a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o qual prevê a destinação de quase R$ 81 milhões dos caixas da hidrelétrica até o ano de 2027.

Senhor **Presidente**,

Nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e na forma dos arts 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações o convênio firmado entre a Itaipu Binacional e a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o qual prevê a destinação de quase R$ 81 milhões dos caixas da hidrelétrica até o ano de 2027.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *Quais foram os critérios utilizados para selecionar a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR) como*

CD242313770800
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242313770800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 23/10/2024 17:22:46.383 - MESA
SIT n.74/2024

beneficiária do convênio com a Itaipu Binacional? O processo de seleção seguiu as normas estabelecidas pela Lei nº 8.666/1993, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência?

- *Existe algum relatório detalhado de prestação de contas ou outra forma de monitoramento dos recursos já repassados à CCA-PR? Quais mecanismos de transparência foram adotados para garantir que a sociedade tenha acesso às informações sobre a aplicação desses recursos?*
- *O convênio firmado entre Itaipu Binacional e a CCA-PR está em conformidade com o orçamento da empresa pública? Foi respeitada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) no que diz respeito à utilização de recursos públicos para projetos de natureza social não diretamente relacionados à atividade-fim da Itaipu (geração de energia)?*
- *Qual é o papel do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) no monitoramento da execução das ações previstas no convênio? O TCU tem acesso a relatórios periódicos de acompanhamento da execução do convênio e dos resultados atingidos até o momento?*
- *Os valores destinados ao convênio com a CCA-PR foram calculados com base em uma análise de custo-benefício e metas claramente estabelecidas? Como o TCU avalia a adequação dos valores repassados ao projeto, considerando o impacto financeiro e os resultados esperados?*
- *O convênio firmado entre Itaipu Binacional e a CCA-PR, cooperativa ligada ao MST, pode ser considerado uma violação ao princípio da impessoalidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, visto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem histórico de proximidade com o MST? Quais medidas*

CD242313770800
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242313770800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 23/10/2024 17:22:46.383 - MESA
SIT n.74/2024

foram adotadas para garantir que a escolha da cooperativa se baseou exclusivamente em critérios técnicos e no interesse público, sem favorecimento de interesses pessoais ou políticos?

- *Existe indício de desvio de finalidade no uso dos recursos públicos destinados ao convênio, uma vez que a Itaipu Binacional, empresa cuja finalidade principal é a geração de energia, direcionou grandes somas a um projeto que pode estar alinhado a interesses particulares ou partidários? Quais foram os mecanismos de controle adotados pela Itaipu para assegurar que o convênio atende exclusivamente ao interesse público?*
- *Considerando as necessidades prementes de investimento em infraestrutura e outras áreas de interesse público (como a epidemia de dengue em Foz do Iguaçu e problemas energéticos em São Paulo), o repasse de quase R$ 81 milhões à CCA-PR atende de forma clara ao interesse público? Houve uma análise comparativa para determinar que essa destinação de recursos era a mais adequada dentro das prioridades do país e da região?*
- *Caso seja identificada a presença de interesses particulares ou políticos na celebração do convênio, existe a possibilidade de responsabilização dos gestores públicos envolvidos, tanto por improbidade administrativa quanto por crime de responsabilidade? Quais são os parâmetros adotados pelo TCU para identificar e coibir a atuação política ou pessoal na gestão de recursos públicos?*
- *O TCU tem acompanhado, de forma sistemática, a execução desse convênio? Existe alguma auditoria ou análise preliminar que avalie a conformidade do convênio com os princípios constitucionais da administração pública, especialmente em relação à impessoalidade, moralidade e eficiência?*

CD242313770800

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242313770800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 23/10/2024 17:22:46.383 - MESA
SIT n.74/2024

- *Tendo em vista que o MST historicamente apoia movimentos ligados ao governo do presidente Lula, há indícios de que esse convênio tenha sido firmado com o objetivo de favorecer politicamente o movimento ou de reforçar a agenda política do governo? Quais são as garantias de que não há sobreposição de interesses particulares sobre os interesses coletivos?*

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o recebimento de informações por parte do TCU o convênio firmado entre a Itaipu Binacional e a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o qual prevê a destinação de quase R$ 81 milhões dos caixas da hidrelétrica até o ano de 2027.

Isto porque, conforme noticiado[1], um convênio entre a Itaipu Binacional com a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR) vai destinar, até 2027, quase R$ 81 milhões dos caixas da hidrelétrica para uma cooperativa que integra o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). A decisão vem sendo interpretada como uma ação política de gestores indicados pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que alteraram o foco de investimentos de Itaipu. Antes, os recursos eram destinados a obras de infraestrutura.

Segundo dados da usina de Itaipu, entre 2023 e 2024, está previsto um total de R$ 30 milhões em repasses. Em média, a usina está enviando à entidade mais de R$ 1 milhão por mês. O volume recorde de repasses deve ocorrer em 2025, quando a previsão supera

[1] https://www.gazetadopovo.com.br/republica/itaipu-libera-r-81-milhoes-para-cooperativa-ligada-a-reforma-agraria-e-ao-mst/

CD242313770800
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242313770800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 23/10/2024 17:22:46.383 - MESA
SIT n.74/2024

R$ 19,3 milhões, de acordo com o convênio. A Gazeta do Povo indagou a cooperativa que integra o MST e a Itaipu sobre os parâmetros que definiram o convênio, os critérios de seleção e como será feita a prestação de contas. A cooperativa não se manifestou até a publicação da reportagem, enquanto a Itaipu informou que não se trata de um simples repasse de recursos, mas de um convênio tripartite envolvendo a Binacional, a cooperativa e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu. A hidrelétrica afirmou que a aplicação da verba milionária será monitorada e destinada à assistência técnica e ao fomento da produção de alimentos pela agricultura familiar.

A Itaipu Binacional é uma empresa pública, mas, juridicamente, é uma entidade internacional envolvendo o Brasil e o Paraguai. Ela é regida por um tratado firmado entre os dois países em 1973, e, por esse motivo, não está sujeita à legislação brasileira, não prestando contas de forma convencional como as demais empresas públicas brasileiras. Tradicionalmente, a Itaipu realiza ações não relacionadas à geração de energia, investindo na região onde está instalada. A própria empresa define quais projetos e ações estão dentro de seu escopo para serem patrocinados ou para receberem recursos. No entanto, os gestores que tomam essas decisões são indicados pelo governo.

A direção atual assumiu em março de 2023, indicada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Desde então, a hidrelétrica passou a priorizar projetos principalmente sociais e ambientais, retirando de sua carteira de investimentos grandes obras de infraestrutura.

Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o foco foi o investimento em infraestrutura, como a construção da segunda ponte ligando o Brasil ao Paraguai — entre as cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Presidente Franco (PY) —, o início das obras da terceira

CD242313770800

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242313770800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 23/10/2024 17:22:46.383 - MESA
SIT n.74/2024

ponte, que ligará Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta (PY), além de duplicações de rodovias e anéis viários.

Segundo o diretor-geral brasileiro da Itaipu, Enio Verri, o projeto em parceria com a cooperativa ligada ao MST não é exclusivamente de Itaipu e foi um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "*É um projeto vinculado ao governo Lula, que está pensando no Brasil, e nós, de Itaipu, estamos reproduzindo esse pensamento aqui no estado do Paraná. Esse projeto já está em andamento, por meio dos recursos disponíveis, e pretendemos que ele instrumentalize todas as nossas cooperativas e associações*", afirmou.

De acordo com o convênio milionário firmado com a Binacional, a cooperativa nasceu no início dos anos 1990 com o objetivo de "*coordenar e planejar o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas no estado*" e presta atendimento técnico e jurídico para as cooperativas envolvidas nas comunidades e assentamentos ligados a programas de reforma agrária e ao MST.

Enquanto Foz do Iguaçu [cidade sede da hidrelétrica na margem brasileira] enfrenta a maior epidemia de dengue da sua história; enquanto não temos a duplicação da BR-277 de Foz do Iguaçu a Curitiba; enquanto São Paulo, que é abastecida por energia de Itaipu, sofre com a falta de investimento na infraestrutura elétrica e fica dias sem energia, Itaipu tem a energia elétrica mais cara de todas as hidrelétricas de grande porte e investe em ações que não são de sua atividade principal e, inclusive, contrárias à prioridade do Brasil.

O Paraná é um dos estados com o maior número de áreas invadidas no Brasil. Entre espaços urbanos e rurais, são mais de 100 ocupações, muitas com reintegrações de posse determinadas pela Justiça há décadas que nunca foram cumpridas. Segundo o próprio

CD242313770800
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242313770800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 23/10/2024 17:22:46.383 - MESA
SIT n.74/2024

MST, no Paraná existem 329 assentamentos onde vivem 21 mil famílias. Outras sete mil famílias aguardam terras em 81 áreas invadidas.

Há inércia e incompetência do governo federal para resolver assuntos relacionados a invasões de terras. A União não consegue gerir a defesa da propriedade. A usina atua para retirar produtores de suas terras.

Além dos impasses envolvendo invasões de terras pelo MST no Paraná, outro assunto provoca preocupação no estado: as invasões de terras agricultáveis por indígenas. A própria Itaipu anunciou a compra de 1,5 mil hectares para acomodação de famílias indígenas na região de Guaíra e Terra Roxa, na fronteira com o Paraguai, onde atualmente existem 22 áreas invadidas. Os indígenas reivindicam naquele entorno 32 mil hectares (320 quilômetros quadrados) para demarcação.

A presidente nacional do PT, a deputada federal Gleisi Hoffmann, exerceu o cargo de diretora financeira de Itaipu de 2003 a 2006, durante a gestão de Jorge Samek, ex-vereador filiado ao PT, que comandou a usina. Outra pessoa a trabalhar em Itaipu foi a primeira-dama Rosangela da Silva, a Janja. Ela ingressou na Itaipu aos 38 anos de idade, em 2005, e por mais de uma década e meia ocupou cargos como assistente do diretor-geral e coordenadora de programas voltados ao desenvolvimento sustentável. Isso ocorreu antes de Janja conhecer Lula, com quem se casou em maio de 2022.

A Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), ligada ao MST e que receberá quase R$ 81 milhões de Itaipu, se apresenta como fomentadora da comercialização de produtos nos grandes centros e se posiciona como interlocutora com outras cooperativas de diferentes regiões do país. A parceria com a Itaipu foi denominada "*Semeando Gestão e Fortalecendo a Organização*

CD242313770800

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242313770800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 23/10/2024 17:22:46.383 - MESA
SIT n.74/2024

Produtiva Sustentável". A usina designou seu departamento, responsável por desenvolver projetos de tecnologia, ciência e empreendedorismo, o Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), para supervisionar as ações. O foco é a geração de emprego e renda.

Em um ato de assinatura simbólica do convênio, realizado no início deste ano na sede do Incra em Curitiba, a hidrelétrica afirmou que o objetivo era melhorar a produção, a gestão e a comercialização dos alimentos produzidos pelos associados, beneficiando cerca de 3,5 mil famílias em 31 entidades, entre cooperativas e associações ligadas ao MST e a assentamentos da reforma agrária.

Os recursos destinados à entidade que atende ao MST, segundo a Itaipu, serão divididos da seguinte forma: ainda no ano passado, Itaipu repassou à entidade R$ 10.172.735,07; em 2024, serão R$ 19.002.258,15; no ano seguinte, o valor aumenta para R$ 19.391.727,82, sendo este o maior montante previsto para um ano do convênio. Em 2026, o repasse será de R$ 18.666.993,83, e, em 2027, último ano do convênio, quando pode haver um novo presidente no Brasil e, possivelmente, uma mudança na direção da usina, o valor será de R$ 13.563.210,17.

A parceria também envolve a participação de representantes da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do governo federal.

Segundo a hidrelétrica, o convênio faz parte do Programa Itaipu Mais que Energia, iniciado no ano passado, às vésperas do período eleitoral, com a liberação de quase R$ 1 bilhão de forma facilitada e "*com pouca burocracia*" para prefeituras e instituições localizadas em 430 municípios da nova área de abrangência determinada pela binacional. São os 399 municípios do Paraná e outros 31 do Mato Grosso do Sul.

O diretor de Coordenação de Itaipu, Carlos Carboni, justificou a parceria milionária com a cooperativa ligada ao MST, afirmando que a

CD242313770800
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242313770800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 23/10/2024 17:22:46.383 - MESA
SIT n.74/2024

agricultura familiar precisa de atenção, especialmente na questão dos insumos para a evolução da agricultura orgânica, a fim de garantir produtividade, alimentos de qualidade e a necessidade de utilizar maquinários para "*tornar menos penoso o trabalho*", além da produção de energia fotovoltaica ou eólica.

Na assinatura simbólica do convênio, o presidente da CCA-PR, Fábio de Paula Herdt, declarou que o convênio possibilita a produção de alimentos saudáveis. "*A ideia por trás desse convênio é a promoção da agroecologia nos assentamentos da reforma agrária, com o potencial de melhorar a produção e focar na sustentabilidade*", afirmou. A proposta é que os agricultores produzam e forneçam nove mil toneladas de alimentos por ano para programas de alimentação escolar, com a ampliação de uma área de 700 hectares de produção, certificada como de conformidade orgânica.

"*Além do trabalho técnico de campo, o convênio também contribuirá para o fortalecimento e a profissionalização das 31 organizações da agricultura familiar beneficiadas, incluindo cooperativas, associações e agroindústrias, por meio de assessoria específica na gestão dessas organizações*", descreveu a Itaipu Binacional em nota.

A hidrelétrica acrescentou que, durante a vigência do convênio, serão elaborados mil projetos de acesso a crédito para os agricultores assistidos, além de ações estratégicas para a ampliação da produção orgânica e sustentável nas propriedades acompanhadas.

Sobre a seleção da cooperativa, a hidrelétrica afirmou que o processo foi realizado em conformidade com a Norma Geral de Licitações (NGL), assim como qualquer outro processo na Itaipu Binacional, para contratações na modalidade de convênio. "*Um fator crucial na seleção, além do cumprimento de todos os requisitos legais para a contratação de serviços públicos, foi a capacidade técnica para*

CD242313770800

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242313770800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 23/10/2024 17:22:46.383 - MESA
SIT n.74/2024

a execução das ações previstas, no caso de Assistência Técnica e Extensão Rural, nos assentamentos distribuídos em todas as regiões do estado do Paraná", explicou.

A Itaipu informou que outras entidades, instituições e associações com o mesmo perfil também serão contempladas com benefícios similares. Algumas já foram beneficiadas, enquanto outras ainda estão em processo de seleção. "[*São] diversas organizações que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos da Itaipu Binacional"*, acrescentou a empresa.

Sobre os valores milionários destinados ao projeto com a Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná, a hidrelétrica afirmou que os montantes foram definidos de acordo com as metas previstas no convênio. "*Os valores foram estabelecidos de acordo com as atividades propostas para a melhor realização e alcance dos objetivos, como pessoal, materiais, equipamentos e insumos para as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural*", concluiu.

Com efeito, a celebração do convênio entre Itaipu Binacional e a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), suscita sérias dúvidas quanto à observância do princípio da impessoalidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal. Este princípio exige que a administração pública aja de maneira neutra, sem favorecimento de interesses pessoais, partidários ou políticos. Considerando a proximidade histórica entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o MST, questiona-se se o convênio, no montante de quase R$ 81 milhões, foi celebrado de forma a atender efetivamente ao interesse público ou se há indícios de desvio de finalidade, favorecendo um grupo específico. A destinação de recursos públicos deve obedecer estritamente aos princípios da eficiência e da finalidade pública, garantindo que seu emprego atenda de maneira equânime a toda a coletividade, sem favorecimentos indevidos. A constatação de que os

CD242313770800
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242313770800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 23/10/2024 17:22:46.383 - MESA
SIT n.74/2024

recursos possam ter sido direcionados para promover interesses particulares ou partidários configura grave infração aos deveres da administração, ensejando a responsabilização dos agentes públicos envolvidos, seja no âmbito da improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/1992, seja no campo do crime de responsabilidade, conforme a Lei nº 1.079/1950.

A Constituição Federal atribui ao Tribunal de Contas da União (TCU) a responsabilidade de fiscalizar a gestão dos recursos públicos e a regularidade das contas de entidades da administração indireta, como é o caso da Itaipu Binacional. Além disso, tanto a Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações) quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) estabelecem parâmetros para garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente e transparente.

Dado que a Itaipu Binacional é uma empresa pública binacional com características especiais, sua atuação fora de sua missão principal, que é a geração de energia, e o uso de recursos públicos em convênios de caráter social, como o que foi firmado com a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), demandam exame cuidadoso para garantir que estejam em conformidade com a legislação vigente e que a alocação dos recursos seja realizada de forma eficiente.

Portanto, tendo em lume que a atividade fiscalização se amolda em uma das funções típicas do Poder legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes sobre o convênio firmado entre a Itaipu Binacional e a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o qual prevê a destinação de quase R$ 81 milhões dos caixas da hidrelétrica até o ano de 2027, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias

CD242313770800

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242313770800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 23/10/2024 17:22:46.383 - MESA
SIT n.74/2024

com finalidade de que sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

CD242313770800

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242313770800
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo